

## SEÇÃO DOSSIÊ

APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS:  
Anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma  
perspectiva decolonial<sup>1</sup>

APUNTAMOS A LAS GEOGRAFÍAS INTERSECCIONALES:  
Anarco(trans)feminismo, cuerpo y corporeidad en una  
perspectiva decolonial

PONTING TO INTERSECTIONAL GEOGRAPHIES:  
Anarc(trans)feminism, body and corporeality in a decolonial  
perspective

 [Laís Bronzi Rocha](#)<sup>23</sup>

Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil  
[bronzi\\_rocha@id.uff.br](mailto:bronzi_rocha@id.uff.br)

<sup>1</sup> Agradeço as e aos colegas do NUREG/UFF, queridos nuaregues, pelo encorajamento ao desenvolvimento do texto aqui apresentado. Por intermédio das telas, vide a peste hostil que ceifou já a vida de 666 mil brasileiras/os, no seio carinhoso de nosso grupo de estudos tive o apoio emocional e acadêmico para escrita.

<sup>2</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista no Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia UFF. Estagiário e integrante do Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização (NUREG/UFF) e do Artesanias Geográficas e Educacionais (AGE/UFF).

<sup>3</sup> Assino com meu nome morto por questões burocráticas, para resguardar a autoria como legítima ao meu Cadastro de Pessoa Física. No entanto, me (re)conheça e me chame pelo meu nome: Bê Bronzi Rocha

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

### Resumo

Compreendemos que a interseccionalidade enquanto marco conceitual e proposta política, tem um potencial em desvelar marcadores sociais sobrepujados, garantindo singularidade para a pluralidade de existências de sujeitos-coletivizados. Propomos aqui neste ensaio capturar nas teorizações anarco(trans)feministas outros matizes da interseccionalidade que sirvam para fazermos geografias (críticas) decoloniais e feministas, para tanto, elegemos o anarquismo como ideologia e corpo e corporeidade como categorias geográficas para nossa discussão. A despeito de como desenhamos este texto, é em uma metodologia cartográfica, neste sentido, somos guiados e perturbados pelas várias vozes de autoras/es que aqui ecoam. Por fim, ensaiamos construir traços e esboços entre as interseccionalidades anarquistas, a decolonialidade em Vergueiro (2018) e a(s) Geografia(s) do corpo e corporeidades.

### Palavras-chave

Geografias Feministas; Anarquismo; Cisgeneridade

### Resumen

Entendemos que la interseccionalidad como marco conceptual y propuesta política, tiene un potencial para develar marcadores sociales sobrepujados, asegurando la singularidad para la pluralidad de existencias de los sujetos-colectivizados. Nos proponemos aquí en este ensayo captar en las teorizaciones anarco(trans)feministas otros matices de interseccionalidad que sirvan para hacer geografías (críticas) decoloniales y feministas, para lo cual hemos elegido el anarquismo como ideología y el cuerpo y la corporeidad como categorías geográficas para discusión. El diseño de este texto se enmarca en una metodología cartográfica, en este sentido, nos guiamos e inquietamos por las distintas voces de autores que aquí resuenan. Finalmente, ensayamos para construir trazos y esbozos entre las interseccionalidades anarquistas, la decolonialidad en Viviane Vergueiro (2018) y la(s) Geografía(s) del cuerpo y las corporeidades.

### Palabras-clave

Geografías feministas; Anarquismo; Cisgeneridad.

### Abstract

We understand that intersectionality, as a conceptual framework and political proposal, has the potential to unveil oversized social markers, ensuring singularity for the plurality of existences of collectivized beings. We propose here in this essay to capture in anarc(trans)feminist theorizations other nuances of intersectionality that serve to make (critique) decolonial and feminist geographies, for which we have chosen anarchism as an ideology and the body and corporeality as geographical categories for our discussion. The design of this text is framed in a cartographic methodology, in this regard, we are guided and concerned by the different voices of authors that resonate here. Finally, we seek to build traces between anarchist intersectionalities, decoloniality in Viviane Vergueiro (2018) and the Geography(s) of the body and corporealities.

### Keywords

Feminist Geographies; Anarchism; Cisgenderism.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

## Introdução

Não pretendemos exaustivamente alongar-nos na discussão da genealogia da interseccionalidade, já que isso foi abordado com muito mais propriedade em outros textos (COLLINS, 2017, 2021; RIBEIRO, 2016; KYRILLOS, 2020; para citar alguns). Se faz necessário, de todo modo, pontuar que vai ser com Kimberly Crenshaw — uma intelectual, jurista e professora afro-estadunidense, do movimento feminista negro — que a interseccionalidade tem sua originalidade dentro do âmbito acadêmico-intelectual como uma proposta política, isso no início dos anos 1990.

No contexto dos movimentos das lutas sociais, as relações interseccionais entre raça/classe/gênero — e outros marcadores sociais da diferença — vinham sendo problematizados, principalmente por sujeitos-coletivizados submetidos às desvantagens das desigualdades sociais, na sua pluralidade de contextos, como mulheres negras, *people of colour*, *queer*/transviades e travestis. Também nos movimentos anarquistas, especialmente nos movimentos sociais anti-colonialistas e (auto-)emancipatórios, anterior ao termo interseccionalidade ter sido concebido como perspectiva conceitual e proposta política no âmbito acadêmico, na prática também despontavam críticas aos múltiplos sistemas de opressão/dominação que opera(va)m em conjunto para submeter, de forma sistemática, o prejuízo de uns aos benefícios de outros.

A interseccionalidade, como guia na condução dos olhares, permeia as discussões que tensionam e complexificam as análises sociais, de forma a compreender as múltiplas configurações das relações sociais, que são também relações espaciais, portanto, socioespaciais.

Atualmente, com a incitação dos estudos inter- e transdisciplinares, surgem entrelaçamentos, e podemos observar que outros/as conceitos e propostas político-epistemológicas desenhadas por outros/as autores/as se conectam com a ideia interseccional. Podemos citar a confluência-transfluência em Nego Bispo (2015), a pedagogia das encruzilhadas de Luiz Ruffino (2019), a interculturalidade de Catherine Walsh (2009). Além disso, outras pesquisadoras negras brasileiras também vinham discutindo a complexidade social a partir de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:  
ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.  
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

uma abordagem interseccional, como a autora negra brasileira Lélia Gonzalez em diversos trabalhos<sup>4</sup>.

A interseccionalidade como uma perspectiva para os estudos é antes “un marco conceptual desde el cual pensar estas luchas como complementarias y no en competición entre ellas” (RODÓ-ZÁRATE, 2021, p. 123). Recorremos, assim, à explicação do que seria um marco teórico e um marco conceitual oportunamente em outro campo de estudos. Carraro busca no campo da enfermagem as definições de marco conceitual para organização e sistematização das práticas e investigação. Sendo assim, define que o marco conceitual é “uma construção mental logicamente organizada, que serve para dirigir o processo de investigação e da ação” (CARRARO, 1998, p. 106), ou ainda, “conjunto de conceitos e proposições abstratas e gerais, intimamente relacionadas”. Diferindo-se, portanto, de um marco teórico, qual seria mais amplo, este seria uma teoria ou um grupo de teorias que propõe uma matriz de conceitos para o foco das investigações (ibidem).

Propomos aqui neste ensaio capturar nas teorizações anarco(trans)feministas outros matizes da interseccionalidade que sirvam para fazermos geografias (críticas) decoloniais e feministas. Para atingir tal captura se fará preciso: a) constituir um solo teórico anarquista, e, especificamente em autorias anarco(trans)feministas sobre a interseccionalidade; b) evidenciar o corpo e a corporeidade como categoria geográfica privilegiada no âmbito deste trabalho, e, discuti-las nas Geografias (críticas<sup>5</sup>) decoloniais e feministas, em autoras/es como Joseli Silva (2013), Alex Ratts (2016) e de Milton Santos (1996). Haja visto a interseccionalidade ser um marco conceitual que direciona os processos de investigação e ação, elegemos o anarquismo como ideologia e corpo e corporeidade como categorias geográficas para nossa discussão.

A despeito de como desenhamos este texto, é em uma metodologia cartográfica (em que o adjetivo reforça o caráter processual da escrita e

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, no conjunto de trabalhos de Lélia Gonzalez reunidos no livro *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020). Inclusive, Angela Davis em um congresso no Brasil questionou a tamanha popularidade dela própria nacionalmente, sendo ela afro-estadunidense, enquanto nós tínhamos os estudos e pesquisas produzidas por Lélia.

<sup>5</sup> No vídeo “Geografias Críticas” da websérie *Conceitos em Película* do PET Geografia UFF, o Professor Doutor Sergio Nunes afirma que a corrente da Geografia Crítica tem a partir do final dos anos 1980 uma pulverização de suas correntes, configurando então as Geografias Críticas, no plural. Disponível em: <<https://youtu.be/Y6q9bRgR95c>>. Acesso em: 27 maio 2022.

conexões aqui feitas). Cássio Fernandes Lemos e Andréia Machado Oliveira dirão que "os fluxos de ideias e pensamentos também podem ser mapeados" (2017, p. 45), neste sentido, somos guiados e perturbados pelas várias vozes de autoras/es que aqui ecoam, ensaiamos construir traços e esboços entre a(s) Geografia(s) do corpo e o anarquismo.

Alertamos, fundamentados na metodologia cartográfica, que "ao investigar um objeto de estudo amplo, aberto, irrigado de subjetividade" (LEMOS; OLIVEIRA, 2017, p. 49) — tal qual os apresentados aqui: interseccionalidades (na perspectiva anarquista), o corpo e corporeidade nas Geografias, e decolonização dessas categorias em Viviane Vergueiro (2018) - "o pesquisador pode seguir de maneira não-linear a sua verificação" (LEMOS; OLIVEIRA, 2017, p. 49). Portanto, neste ensaio o processo tenderá a se desdobrar e assumir "dimensões que levam a pesquisa para novos lugares" (ibidem).

Desse modo, ensejamos contribuir com o debate em voga do corpo na constelação de conceitos da Geografia (HAESBAERT, 2014), insistindo na virtuosa renovação somática das reflexões geográficas. Estamos convencidos de que fazer uma Geografia interseccional se aproxima da proposta de se pensar as multiterritorialidades do professor Rogério Haesbaert (2007), discutiremos isso no decorrer do texto.

Assim, como na constelação de conceitos de Rogério Haesbaert (2014) conferindo a centralidade solar do 'espaço' na Geografia, inserimos o corpo e a corporeidade neste quadro, sustentados pelas geografias feministas. Além disso, ao falar de corpo e corporeidade indiscutivelmente retomamos a interseccionalizar, já que os corpos serão apropriados e dotados de significado de diferentes formas, conforme diferentes contextos sociais. E, por dizer corpo (e não 'o homem' ou 'a humanidade'), fazemos o movimento de requalificá-lo perante as identidades e identificações<sup>6</sup> forjadas historicamente que hão de significá-los socialmente.

---

<sup>6</sup> Falamos de identidade/identificação fazendo jus ao caráter processual e relacional do reconhecimento (autônomo e heterônomo) dos sujeitos, contrapondo com a ideia de que a identidade seria imutável ou (auto-)evidente. Aqui fomos influenciados por Silvia Cusicanqui, quem utiliza *identificación*, para enfatizar o movimento de se precisar "com o que(m) nos identificamos?". Assim, "*identificarse es un proceso, en cambio identidad es como una camiseta o un tatuaje que uno no se lo puede quitar. A lo largo de la vida estamos atravesados por diferentes identificaciones, algunas más fuertes que otras. En relación a los dos conceptos, Rivera Cusicanqui se 'identifica' como una 'mestiza que busca una descolonización de su propia subjetividad'.*" (Cusicanqui, 2016). Disponível em: <<http://anarquiacoronada.blogspot.com/2016/09/entrevista-silvia-rivera-cusicanqui.html>>. Acesso em: 30 maio 2022.

Compreendemos que a interseccionalidade enquanto marco conceitual e proposta política, tem um potencial em desvelar marcadores sociais sobrepujados, garantindo singularidade para a pluralidade de existências de sujeitos, estes, por sua vez, coletivizados<sup>7</sup> em identidades/identificações.

Este texto-ensaio se estrutura em dois momentos. Na primeira e segunda seções, indicamos algumas noções anarquistas a respeito da abordagem interseccional, capturando em textos de anarco(trans)feministas. No segundo momento, entramos no debate do corpo e corporeidades desde a colonialidade do poder, reunindo autores das Geografias Feministas com autoras/es da decolonialidade, e aqueles/as na intersecção entre as duas correntes. Para discutir a interseccionalidade com maior propriedade, neste texto assentamos a discussão entorno de nossa própria intersecção enquanto corp(a) *transdanger*<sup>8</sup>, por isso, recorreremos à cisgeneridade enquanto possibilidade decolonial (VERGUEIRO, 2018). O interesse de nossa discussão reside em como tanto as abordagens interseccionais e as ideias anarquistas podem contribuir para as (G)geografias que se movimentam com propostas políticas e críticas comprometidas com a complexidade da realidade social.

### Iniciando os traçados: anarquismo e interseccionalidade

Recorreremos a alguns textos de pessoas que teorizam o anarquismo e se entendem enquanto tais para entender a proposta da interseccionalidade sob a ótica da teoria anarquista. Cabe, antes, uma explanação de como neste texto entendemos por anarquismo. O anarquismo trata-se de uma ideologia orientada por um horizonte de autonomia, acreditando que liberdade é indivisível, portanto, se você não é livre, tampouco sou eu.

O anarquismo se desenvolve através das revoltas contra as injustiças sociais (MALATESTA, 2009). Existem diversas correntes anarquistas quanto existem culturas e grupos atuantes. O anarquista negro Lorenzo Kom'boa Ervin define que "o Anarquismo é uma forma de Socialismo sem governo" (ERVIN, 2015, p. 122).

---

<sup>7</sup> Entendemos a coletividade como uma forma de afeição de vera semelhança entre sujeitos, em que as similares experiências sociais formam conscientes (ou não) vínculos políticos, culturais e econômicos.

<sup>8</sup> Conceito capturado da Dodi Leal, no curta 'Tenho receio de teorias que não dançam' (dir. Gau Saraiva). Assistido em: <<https://mostratiradentes.com.br/filme/tenho-receio-de-teorias-que-nao-dancam/>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:  
ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.  
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



A Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) entende o anarquismo como “um conjunto de ideias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos que possuem uma conexão direta com a ação” (FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO, 2008, p. 8 [mantida a grafia]). Já a anarquia, em seus termos, é a derrubada de organismos autoritários que se imponham sobre a vida e modos de existência, entendendo que a autoridade não é uma prerrogativa para formas de organização social. As formas de organização da vida na ideologia anarquista estariam abertas às associações livres e à capacidade de agência no seio das próprias coletividades, forjadas e pautadas pela solidariedade e apoio mútuo entre os sujeitos.

Entendemos o anarquismo como uma ideologia que fornece orientação para a ação no sentido de substituir o capitalismo, o Estado e suas instituições, pelo socialismo libertário – sistema baseado na autogestão e no federalismo –, sem quaisquer pretensões científicas ou proféticas. (FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO, 2008, p. 8)

Mas, queremos saber o que vem discutindo a respeito e através da interseccionalidade, as teóricas anarquistas. Para isso, buscamos no arquivo Biblioteca Anarquista Lusófona<sup>9</sup> textos sobre interseccionalidade de anarco(trans)feministas<sup>10</sup>, isto é, de autores/as que tenham considerado a desessencialização do feminismo e desnaturalização da binariedade do gênero, considerando, portanto, as existências e experiências de corpos de pessoas trans e travestis. Selecionamos três textos disponíveis no site da Biblioteca Anarquista: “*queer* no Brasil resistência e empoderamento na (re/a)apresentação de si”, de Claudia Mayer; “Recusando-se a esperar Anarquismo e Interseccionalidade”, de Deric Shannon e J. Rogue; e “Uma leitura anarquista da interseccionalidade”, de Coletivo Planètes.

Na pesquisa, terminamos por estender a discussão a leituras complementares também realizadas no cartografar virtual, tendo apoiado as

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://bibliotecaanarquista.org/special/index>>. Acesso em: 13 out. 2021.

<sup>10</sup> Para compreensão do transfeminismo indicamos a leitura do Manifesto Transfeminista de Emi Koyama, traduzido para o português e com notas da autora muito interessantes que apontam para o movimento de estar sempre revisitando nossas antigas noções, assumindo a contingência das nossas reflexões políticas, tendo a honestidade de bancar as transformações sociais e particulares do pensamento, para que ele se mantenha (auto) crítico. Disponível em: <<https://bookblokrda.files.wordpress.com/2014/06/manifesto-transfeminista.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

reflexões em mais três textos: “Insurreições nas intersecções: feminismo, interseccionalidade e anarquismo”, de J. Rogue e Abbey Volcano, traduzido para o português e disponível no blog Não Me Kahlo; “Desessencialização do feminismo anarquista: lições do movimento transfeminista”, por J. Rogue, traduzido para o português e disponibilizado no site do Instituto de Estudos Libertários; e “Corpos no plural: rumo a um manifesto anarcofeminista”, de Chiara Bottici, este último traduzido e publicado pela Psicologia em Revista.

### Notas do cartógrafo: as interseccionalidades anarquizadas

Como mencionado anteriormente, a seleção de textos sobre interseccionalidade anarquistas parte desde posicionamentos anarco(trans)feministas. Ou seja, partimos de autores/as que tenham considerado a desessencialização do feminismo e desnaturalização da binariedade do gênero, considerando, portanto, as existências e experiências de corpos de pessoas trans e travestis.

A crítica anarco(trans)feminista de J. Rogue (2021 [2012]), por exemplo, defende em crítica as correntes do feminismo marxista que, ao definirem uma batalha primária ao capitalismo, terminaria assim por desconsiderar as multitudes de mulheridades, feminilidades interseccionadas, e (re)formuladas por outros sistemas de opressão, como a branquitude e a (cis)heteronormatividade. Assim, a autora aponta que "utilizando um enfoque interseccional para analisar e organizar em torno à opressão, como defendido pelo feminismo multirracial e pelo transfeminismo, podemos discutir estas diferenças em lugar de descartá-las" (ROGUE, 2021 [2012], s.p.). Neste sentido, ao propor uma desessencialização do feminismo anarquista, J. Rogue complexifica a ótica feminista e a luta do movimento, ao passo que com clareza indica caminhos, em um jogo de luz e contraluz (que é de todo indispensável).

Contraopondo o anarquismo às concepções marxistas da opressão, o Coletivo Planètes dirá que anarquistas já no século XIX enxergavam que “a opressão fluía não somente do controle dos meios de produção, mas também do controle dos meios de coerção física – em outras palavras, o Estado era um centro de poder cujos interesses não eram totalmente redutíveis àqueles do ‘capital’” (COLETIVO PLANÈTES, 2019, s.p.).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:  
ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.  
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Enquanto isso, em “Recusando-se a esperar”, Shanonn e Rogue (2009) se concentram em dissecar os aparelhos opressivos do Estado, se aproximando das análises foucaultianas da biopolítica enquanto gestão da vida centrada no corpo para o controle de fenômenos sociais (natalidade, mortalidade, morbidade etc). Elas apontam que práticas contra hierarquização e dominação que pouco refletem a respeito dos atravessamentos de múltiplos marcadores da diferença, quando as lutas sociais se concentram em apenas uma categoria ‘essencial’, “tende[m] a refletir os interesses dos membros mais privilegiados de uma categoria social” (SHANONN; ROGUE, 2009, p. 11). Elus<sup>11</sup> encerram o texto fazendo um clamado:

(...) é de nossa esperança que mais pessoas de grupos marginalizados recusem-se a esperar, assim é que reconhecemos o valor de todas as lutas contra a injustiça e a hierarquia no aqui e agora – e que nós construamos uma prática reflexiva baseada na solidariedade e [apoio] mútuo ao invés de prescrições divisivas sobre quais lutas são “primárias” e quais, por extensão, são “secundárias” ou “periféricas”. Antes, elas estão todas relacionadas e nós temos boa razão para nos recusar a esperar até depois “da revolução” para que possamos consigná-las. (SHANON; ROGUE, 2009, p. 16)

Portanto, quando clamam por um olhar interseccional, anarco(trans)feministas estão despontando acusações sobre as relações de poder gerem um todo social, não a despeito das identidades em si, coisificadas. Trata-se do uso da interseccionalidade para compreensão de uma forma (social) de vida que regula e normatiza corpos de um modo hierárquico e desvantajoso. Assim, desvelam que através das identificações dos marcadores sociais da diferença, organizam-se as opressões. E, com isso, não deixam de apontar também para uma solidariedade entre sujeitos-coletivizados em situações de desvantagem nas relações de poder, isto é, de solidariedade entre as lutas.

Trata-se, portanto, de “mover as margens para o centro das nossas análises para evitar as propensões do privilégio que têm historicamente levado a tantas divisões”, escapando do desnecessário ‘ranqueamento’ de opressões (SHANONN; ROGUE, 2009, p. 11). Ainda assim, reconhecer as múltiplas fontes de coerção também não se trata, como observa o Coletivo Planètes (2019, p. 9), de ‘horizontalizar’ todas as ‘fontes’ de opressão.

<sup>11</sup> Aqui preferiu-se usar o pronome neutro visto que ambas autorias têm relações com o *queer*.

Neste sentido, há duas críticas comuns encontradas nesses escritos anarquistas: 1) crítica ao que seria um uso liberal das interseccionalidades; e, 2) a clareza de que 'classe' não é uma categoria de análise interseccional como as demais (racialidade, gênero, sexualidade etc), e, portanto, o termo 'classismo' cairia em um vazio explanatório, visto que não explicaria a fonte da exploração.

Assim, "porque essas 'identidades' são definidas por exclusão e por opressão, se assumirmos que a classe social é uma identidade, precisamos defini-la também por exclusão e opressão, e a experiência da classe fica reduzida ao "classismo" (COLETIVO PLANÈTES, 2019, p. 11). Isso fica evidente na passagem:

(...) reduzir a classe a uma relação de opressão econômica pela pobreza é reduzir a vida econômica ao consumo. Nada surpreendente se considerarmos a "utopia" (distopia?) da "inclusão pelo consumo". No entanto, se reduzirmos classe a pobreza, o conceito de classe perde sua relação com a exploração, a produção de mais-valia e a sobrevalorização do capital (...) (COLETIVO PLANÈTES, 2019, p. 11)

Estas intersecções dos marcadores sociais da diferença estão, portanto, lugarizadas nos corpos<sup>12</sup>, e, não só organizam as relações hierárquicas de poder entre sujeitos, como operam sobre a distribuição de violências, desejos, condições (possíveis) de existência. Neste sentido, "processos marginalizatórios se cruzam, formando intersecções – isto é, no encontro entre dois eixos de marginalização, por exemplo 'gênero' e 'raça' existe um local de encontro sobre o qual muitas vezes não se fala" (MAYER, 2019, p. 2).

A interseccionalidade proposta por J. Rogue e Abbey Volcano visa "entender como a vida cotidiana das pessoas pode ser usada para falar sobre as formas em que estruturas e instituições se interseccionam e interagem" (ROGUE; VOLCANO, 2016 [2012], s.p.). Ou seja, elas frisam o cerne da interseccionalidade para a análise de sistemas e instituições, e alertam para a tendência de se utilizar a interseccionalidade com enfoques individualizantes. Nesta esteira, por isso a preocupação em afirmar os sujeitos-coletivizados. Em seu entendimento anarquista, "a gama de relações sociais arranjadas por hierarquias – são singulares em sua própria forma", e esse olhar é posicionado comprometido em "apontar [as] qualidades únicas" das singularidades

<sup>12</sup> "Meu corpo é o contrário de uma utopia, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo." (FOUCAULT, 2013, p. 7)

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:  
ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.  
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



conferidas aos sujeitos-coletivizados “ao invés de nivelar todas essas relações sociais no mesmo quadro” (ibidem).

Para estas autoras, devem ser empreendidos esforços no sentido de desvelar as similaridades de diferentes sistemas de opressão, como a branquitude ou (cis)heteronormatividade, e, dessa forma, a compreender como atuam para (re)formular opressões umas às outras. Por exemplo, como atua a (cis)heteronormatividade em contextos e situações racializadas?

O olhar anarquista de J. Rogue e Abbey Volcano mira no Estado, e afirma que esta instituição “sempre teve um interesse velado em manter controle sobre a reprodução social e, em particular, nas formas pelas quais os povos colonizados se reproduziam ou não” (2016 [2012], s.p.). Mas, esta discussão travaremos na próxima seção. É relevante, por fim, dar cabo de que a interseccionalidade na perspectiva anarquista destas autoras

não centraliza nenhuma estrutura ou instituição acima da outra, exceto por contexto. Essas estruturas e instituições operam para (re)produzir umas às outras. Elas são uma a outra. Vistas dessa forma, uma estrutura opressiva ou exploradora que seja central ou primária simplesmente não faz sentido. Pelo contrário, essas relações sociais não podem ser separadas uma da outra e declaradas “centrais” enquanto as outras são “periféricas”. E elas são interseccionais. (...) (ROGUE; VOLCANO, 2016 [2012], s.p.)

### Intersecção: decolonialidade, Geografia e o corpo

Os sistemas de opressão têm ontologias<sup>13</sup> diferentes, portanto, as desigualdades têm suas coordenadas configuradas de formas distintas, e no seu entrecruzamento manifestam singularidades interseccionadas. A complexidade da teia de interação entre diferentes sistemas de opressão, a distribuição das desvantagens e privilégios, sobretudo no contexto latino-americano, e brasileiro são orquestrados através da colonialidade(-modernidade).

<sup>13</sup> Aqui defendemos o uso do termo, mesmo compreendendo seu peso enquanto questão filosófica. A captura da 'ontologia' se deu na reunião de 7 de outubro de 2021, no encontro do grupo de estudos NUREG/UFF de uma fala do professor e coordenador do grupo Rogério Haesbaert. Estávamos discutindo, justamente, a interseccionalidade em uma apresentação de um dos capítulos do livro de Maria Rodó-Zarate (2021) conduzidos pelo autor do ensaio em tela.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:  
ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.  
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Entendemos a colonialidade aqui como uma ontologia dominante que se impôs historicamente, neste contexto, sobre as outras ontologias:

*(...) a colonialidade do poder, do poder, do ser e da natureza não é uma forma de dominação que usa exclusivamente os meios coercitivos para o exercício do poder; não se trata apenas de reprimir os dominados, mas também da instituição e naturalização do imaginário cultural europeu como única forma de relacionamento com a natureza, com o mundo social e com a própria subjetividade.* (CRUZ, 2017, p. 16, grifos do autor)

Neste sentido, por exemplo, se tratando do caso dos estudos de gênero e sexualidade, com o qual possuímos maior intimidade, recorreremos a Viviane Vergueiro (2018) para discutir a cisgeneridade em uma perspectiva decolonial. A cisgeneridade, enquanto norma naturalizada socialmente, constitui-se em um sistema de dominação que também constitui e é constituída pelo sistema (moderno-)colonial.

Para compreender o regime<sup>14</sup> (cis)heteronormativo é necessário entender o funcionamento de sua (re)produção com suas particularidades de formação socioespacial em relação à colonização, seguida de uma modernização distópica improvisada/imposta aos territórios e territorialidades.

Para Viviane Vergueiro, a crítica decolonial busca “utilizar categorias na medida em que elas são úteis e potentes na produção (discursiva, material, cultural) de resistências” (VERGUEIRO, 2018, p. 28). Neste sentido, a autora irá questionar os cânones de uma ciência moderna — altamente contaminada por ideologias cristãs, eurocêntricas, androcêntricas etc — instituída como “campo epistemológico hegemônico” do(s) saber(es) (ibidem).

Portanto, os demais grupos produtores de saberes, feitos alheios ou marginalizados por sujeitos-coletivizados com intersecções restritas — sem hierarquias em torno disso, mas, por exemplo, o homem cis branco heterossexual histórica e simbolicamente representando dos valores coloniais —, para terem seus saberes ou existências, ou condições de existência legitimados, devem também se submeter e passar pelo crivo dos cânones dessa (também) instituição, Ciência.

<sup>14</sup> Utilizamos o termo regime para indicar algo ou aquilo que se constitui rigidamente por regras e restrições prescritivas.

Para recapitularmos a perspectiva anarquista e não cairmos em um paradoxal negacionismo científico vigente, recorreremos a Eliséé Reclus em um escrito ao final do século XIX. Ele, um geógrafo, anarquista, francês, afirma que a primeira condição de libertação é livrar-se da ignorância, no sentido de que ao se organizar não se deve deixar passar nenhum dos recursos de que se pode dispor, inclusive do conhecimento. Assim, apontará para a solidariedade entre os povos, entre os oprimidos das mais variadas formas, além da chave para anarquizarmos-nos: o horizonte da auto-emancipação. Eliséé Reclus diz que “é portanto, a nós mesmos que incumbe libertar-nos”, e “para combater, é preciso saber”, assim “preparar cientificamente a vitória que nos dará paz social” (RECLUS, 2002 [1984], p. 51).

Retomando a discussão, Viviane Vergueiro parte da problematização da cisgeneridade para uma crítica à colonialidade do poder para apontar resistências, não à toa que o título do texto livro a que recorreremos aqui é “sou travestis”, neste sentido, “sou travestis” desvela a cisnorma<sup>15</sup>. Entendendo que, como outros/as autores/as, cisgeneridade e heterossexualidade estão entrelaçadas como parte do projeto moderno-colonial.

Viviane Vergueiro (2018), aponta, ainda, para três traços analíticos da cisgeneridade como possibilidade para os estudos decoloniais, sendo eles: 1) a pré-discursividade, 2) a binariedade e 3) a permanência. Aqui não nos alongaremos na discussão desses traços analíticos, apenas usamos como intercessores para chegar na produção social dos corpos e corporeidades, e, assim, dos marcadores sociais da diferença.

#### No ponto 0: corpo e corporeidade

O corpo como vocativo de sexo, raça-etnia, gênero, é como sinônimo de coisa que deve ser econômica-político-culturalmente normatizada, regulada, disciplinada. Contra os imperativos ao corpo, “os estudos feministas e *queer*, produziram um movimento de desconstrução dessa ideia, evidenciando que a anatomia não poderia ser considerada como um destino inexorável para a classificação de corpos” (SILVA, 2013, p. 31). Já a corporeidade emerge de

---

<sup>15</sup> Cabe aqui uma definição antagônica entre cis e trans, cis quer dizer “para cá”, enquanto trans quer dizer “para além”, assim o que estaria dentro e fora da norma de congruência (cis)genera de alinhar genitália-gênero, respectivamente.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:  
ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.  
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



(...) reflexões em torno do desmantelamento da dicotomia corporeamente, [que] além de possibilitar estudos sobre a representação cultural dos corpos em diferentes contextos, também permitiu a emergência das ideias de instabilidade e fluidez das identidades corporais, ultrapassando a ideia de corpo, entendido tradicionalmente como algo fixo, para a ideia de corporeidade, a fim de produzir a perspectiva de mutabilidade e movimento. (SILVA, 2013, p. 31)

Esses movimentos do resgate do corpo, na concepção de que somos corpo, se dá no interior e a partir de demandas sociais, de grupos marginalizados que se organizam em suas coletividades — movimentos feministas, negro, feministas negras, *people of color*, *queers*, LGBTI —, tensionando uma matriz social dominante de produção do conhecimento supostamente ‘neutra’.

Neste sentido, compartilhamos com Silva de que “fazer ciência é também fazer política, [e] a geografia, como todas as outras formas de aliança entre saber e poder é um suporte epistemológico de múltiplos interesses, resultante de poderes próprios de sujeitos, rearranjados no tempo e espaço” (SILVA, 2013, p. 32).

Assim, aventuramo-nos a esquadrihar uma breve noção de espaço em Doreen Massey, havendo “a necessidade *mútua* de tempo e espaço” para a *liveliness*<sup>16</sup> do mundo (MASSEY, 2008, p. 90). Tantos são os saberes grafados no espaço, que assim, se faz premente direcionar os sentidos e interpretar as geografias, corpo-grafias, e suas respectivas (re)produções, para isso podemos ter as lentes de nossa ótica geográfica sensíveis e aguçadas para fazer jus a complexidade e dinâmica mutável do espaço.

(...) Enquanto o olhar geográfico se estenderia mais sobre o mundo em sua coexistência ou simultaneidade (a condição de estar “lado a lado”, de conviver ou, como enfatiza Massey [2008a], de ser coetâneo), o olhar histórico enfatizaria o caráter consecutivo ou sequencial dos fenômenos (a condição de estar “um depois do outro”). (...) (HAESBAERT, 2014, p. 36).

Se direcionamos em nossos processos de investigação<sup>17</sup> comprometidos com a complexidade dinâmica, fazendo jus aos

<sup>16</sup> Traduzindo a cabo do inglês se teria a ‘vivacidade’ do espaço.

<sup>17</sup> Justificamos a licença poética e gráfica dessa escrita na nossa atuação junto a coletivos/grupos de pesquisação. Também remetendo a definição de marco conceitual em Carraro, como “uma construção mental logicamente organizada, que serve para dirigir o processo de investigação e da ação” (1998, p. 106).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:  
ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.  
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



atravessamentos de diferentes estruturas de poder que incidem tanto sobre o espaço quanto sobre os corpos, passamos a compreender que estes movimentos são produtores de corporeidades. Assim, adentramos um campo transdisciplinar, que não renuncia a sua geograficidade.

Os “marcadores da diferença” podem ser vistos e discutidos tendo o corpo e a corporeidade como categorias de pensamento – sociais, espaciais e culturais, antropológicas, geográficas e históricas –, (...) agregando aspectos das ausências, presenças, barreiras, recusas, discriminações etc. (RATTS, 2016, p. 125).

Deste modo, revisitamos a professora Heloisa Buarque de Almeida, que esteve na mesa ‘Cidade e território a partir da interseccionalidade’ do I Seminário Geografias desobedientes: gênero, sexualidade e racialidade. Ela nos propõe um deslocamento: deixar de situar as desigualdades no corpo-forma, indo além, mirando que ele é constituído e se constitui enquanto fenômeno social, como “sub-produtos” de dilemas políticos e processos históricos, e aqui podemos resgatar o que Joseli Silva nos falava a respeito da corporeidade de modo a pensar a “representação cultural dos corpos em diferentes contextos” (SILVA, 2013, p. 31). Logo,

(...) o corpo não passa de carne, se não for apropriado e significado por uma sociedade/cultura. Nesse sentido, [se] questiona se o corpo é uma base sólida para a inscrição do gênero e dos sistemas de sexualidade ou se o corpo é, ele mesmo, modelado por forças políticas para mantê-lo limitado e constituído por marcadores sexuais. (...) (SILVA, 2013, p. 34).

Consequentemente, podemos pensar que os sistemas de dominação/opressão — ou à(s) Norma(s) — que se impõem sobre as subjetividades e corpos, como o racismo, cissexismo, heterossexualidade compulsória, uniformização da diversidade funcional e corporal, entre outros, ‘possuem’ esses corpos, se apropriam de suas qualidades transformando-as em propriedades, e, jurídico-politicamente — quando não através da coerção física — prescrevem e inscrevem os usos e desusos.

O próprio célebre geógrafo Milton Santos falará da ideia da corporalidade<sup>18</sup>, essa daria conta além das objetividades, também das

<sup>18</sup> Neste texto ele atém corporeidade e corporalidade como sinônimos. Não entraremos nessa discussão, em breve comentário indicamos que, para alguns autores, corporeidade e corporalidade são conceitos distintos.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:  
ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.  
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



“virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade, há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas” (SANTOS, 1996, p. 10). Milton Santos segue afirmando que essa corporeidade teria a ver com a consciência ao nível da individualidade, e, também com as relações e interações sociais, no grau de uma transindividualidade, curioso que é justamente na seção sobre o cotidiano em que ele faz essa reflexão, nos remetendo a proposição de corpos no plural e transindividualidade da filósofa anarquista Chiara Bottici (2020),

(...) causalidade não deve ser entendida no sentido de uma sucessão linear de eventos, mas sim como uma multiplicidade de conexões de elos causais entre indivíduos, que são feitos de indivíduos mais simples e mais complexos, todos relacionados causalmente (...) é para traduzir essa complexidade que, segundo Balibar, a individualidade deve ser entendida como uma transindividualidade. (BOTTICI, 2020, p. 308).

Chiara Bottici discorrendo sobre a ideia de transindividualidade e corpos no plural em uma perspectiva anarco(trans)feminista com foco no corpo feminino e na opressão das mulheres irá desenvolver a ideia de uma forma de feminismo sem ascendência — corroborando com isso o prefixado ‘anarco’. Enquanto, ao mesmo passo que expressa a ascendência ao feminismo anarquista, se questiona em como fazer esse movimento sem incorrer aos essencialismos, transgredindo e defendendo as especificidades e singularidades da(s) feminilidade(s) (BOTTICI, 2020, p. 305-306).

Neste sentido, reiterando Joseli Silva, de que a respeito de ter sido uma “pretensa naturalidade captada nas características materiais dos corpos, [se] constituiu as justificativas para a manutenção dos privilégios [d]e alguns e a marginalização e subordinação de outros” (SILVA, 2013, p. 32). A referente autora fala de dentro do campo dos estudos de gênero com influências pós-estruturalistas e butlerianas<sup>19</sup>, neste sentido, na “concepção performativa de gênero de uma pessoa [que] assume, se apropria e adota uma norma corporal, não como algo à que deve se submeter, mas como um processo em que o sujeito se constitui em virtude de passar por uma trajetória de assumir um sexo” (SILVA, 2013, p. 34), defendendo que “o corpo não passa de carne, se não for apropriado e significado” (ibidem), e isso é contingente.

<sup>19</sup> Ver a autora Judith Butler em Problemas de Gênero (2003[1990]), por exemplo.

Na noção de transindividualidade de Chiara Bottici (2020) e na noção de corpo de Joseli Silva (2013) rezam intersecções para abertura de um feminismo, ou mesmo sustentações teóricas para as Geografias (trans)Feministas, que se proponha a desessencialização e desnaturalização das condições dos corpos referindo aos três traços analíticos de Viviane Vergueiro (2018) da cisgeneridade como possibilidade para os estudos decoloniais, sendo eles: 1) a pré-discursividade, 2) a binariedade e 3) a permanência.

Compreende-se em uma análise pluri-sistêmica que o corpo, tido como vocativo de sexo, raça, gênero e sexualidade, é sinônimo de coisa que deve ser econômica-político-culturalmente normatizada, regulada, disciplinada nos interesses de dominação, tendo fins coercitivos aos sujeitos-coletivizados. A ideia de corporeidade, reforçando a mutabilidade e movimento de apropriação e dotação de significado dos corpos, é oportuna para pensar que se, para aqueles — ou aquele, em termos anarquistas, o Estado — que exercem a dominação jurídico-política (aqui entendo legitimação por/através de meios institucionais) ou através do terror/do medo, passam a “inspirar identificação (positiva) e a efetiva apropriação” (HAESBAERT, 2007, p. 20), por outro lado, para aqueles e aquelas que se concentram no outro pólo desse exercício (do poder), isto é, o das resistências, criam formas criativas de também se apropriar do espaço/corpo.

A multidimensionalidade de opressões se apropriam dos corpos em suas diferenças, e, juridicamente, legislativamente, punitivamente, disciplinarmente tentam normatizá-los para inserir/excluir de uma economia/epistemologia política de exploração/espoliação. Ou seja, os compreendemos, neste sentido, o corpo como espaço apropriado e significado em relações de poder, como corp(a)s-territórios.

Como afirma Rogério Haesbaert (2007) existe uma complexidade de territorializações, neste sentido, há múltiplas territorialidades que se interpõem, seja por justaposição ou por sobreposição. Assim, no movimento, essa complexa teia de territórios/territorialidades não acontece no estático e inerte, mas inter-agem em movimento. Até mesmo porque a territorialização é um processo. Assim, esse movimento e multiplicidade “inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2007, p. 20).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:  
ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.  
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



E, se o corpo se constitui como uma categoria geográfica e a corporeidade confere qualidades mutáveis e transitórias para ele, no que podem se transformar as geografias do corpo quando grupos oprimidos de todos os eixos/intersecções apontam para seu caráter de território-existencial clamando por autonomia?

Tecendo algumas considerações...

A interseccionalidade, enquanto marco conceitual, isto é, “construção mental logicamente organizada, que serve para dirigir o processo de investigação e da ação” (CARRARO, 1998, p. 106), põe em evidência a construção de um espaço desigual, mas também, se considerarmos as geografias que tratam do corpo/corporeidades, a própria produção de corpos e corporalidades tem uma dimensão imposta pelas regulações dos territórios e do espaço.

As interseccionalidades anarquistas nos textos anarco(trans)feministas aqui apresentados, clamam por um olhar interseccional da luta, despontando acusações sobre as relações de poder que gerem um todo social, não a despeito das identidades em si, coisificadas. As autorias dos textos estiveram defendendo o uso da interseccionalidade para compreensão de uma forma (social) de vida que regula e normatiza corpos de um modo hierárquico e desvantajoso em suas múltiplas nuances, e acreditam que o potencial da interseccionalidade é a partir do reconhecimento das singularidades de sujeitos-coletivizados possam se criar horizontes de autonomia possível que não se atropelem.

Portanto, as intersecções do que aqui chamamos, como em Ratts (2016), de marcadores sociais da diferença estão lugarizadas nos corpos, e, não só organizam as relações hierárquicas de poder entre sujeitos, como operam sobre a distribuição de violências, desejos, condições (possíveis) de existência.

Dessa forma, no final do texto, compreendemos o corpo como espaço apropriado e significado em relações de poder, como corp(a)s-territórios, para evidenciar que as relações sociais são produtoras historicamente de identidades/identificações ou marcadores sociais da diferença dos corpos/corporeidades — interseccionalizadas —, culminando na máxima de que a multidimensionalidade de opressões se apropriam dos corpos em suas

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:  
ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022.  
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

diferenças, geográfico-historicamente contextualizadas. Assim, por fim, defendemos que

(...) o corpo não é algo que pertence ao ser humano, mas é o próprio ser, que ganha existência social por meio da experiência corpórea. O corpo é também lugar onde um ser humano desenvolve a noção de limite com os outros seres e a forma que esse corpo se apresenta e ao mesmo tempo é percebido pelos outros, varia de acordo com o espaço e o tempo que o compõem. (...) (SILVA, 2013, p. 35).

Este ensaio empreendeu a partir da proposta das interseccionalidades anarquistas, discutir algumas ideias acerca das noções de decolonialidade, corpo e corporeidade na Geografia atrelados com as ideias da cisgeneridade como proposta analítica para a decolonialidade em Viviane Vergueiro (2018), enquanto trouxe provocações para pensar possibilidades inventivas de resistências residentes nos corpos interseccionalizados e complexamente constituídos.

#### Referências bibliográficas

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. Revista Sociedade e Estado, [S.l.], vol. 31, n.1, p. 129 – 143, janeiro/abril, 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 maio 2022.

ANGIE. como pensar como um queer revoltade. Publicação online, 2021. Disponível em:

<[https://drive.google.com/file/d/1ujgJ\\_Fdq5IMYBo5mw51ZI9BfNo8572c-/view](https://drive.google.com/file/d/1ujgJ_Fdq5IMYBo5mw51ZI9BfNo8572c-/view)>. Acesso em: 13 out. 2021.

BOTTICI, Chiara. Corpos no plural: rumo a um manifesto anarcofeminista. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 299 – 324, abr. 2020. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/23579>>. Acesso em: 30 maio 2022.

CARRARO, Telma Elisa. Marco conceitual: subsídio para a assistência de enfermagem. Revista Cogitare Enfermagem. Curitiba, v.3, n.2, p.105 – 108,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022. Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

jul./dez. 1998. Disponível em:  
<<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44357>>. Acesso em: 30 maio 2022.

COLETIVO PLANÈTES. Uma leitura anarquista da interseccionalidade. Biblioteca Anarquista, 2019. Disponível em:  
<<https://bibliotecaanarquista.org/library/coletivo-planetes-uma-leitura-anarquista-da-interseccionalidade.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Revista Parágrafo, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 6 – 17, jun. 2017. Disponível em:  
<<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 30 set. 2021.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In*: Cruz, V. C. e Oliveira, D. A. (org.). Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

ERVIN, Lorenzo Kom'boa. Anarquismo e revolução negra: e outros textos do anarquismo negro. 1. ed. São Paulo: Sunguilar, 2015. 188 p. v. 1.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO (FARJ). Anarquismo social e organização. Documento aprovado no I Congresso, realizado em 30 e 31 de agosto de 2008. Disponível em: <[https://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2012/02/FARJ\\_-\\_ANARQUISMO\\_SOCIAL\\_E\\_ORGANIZA%C3%87%C3%83O.pdf](https://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2012/02/FARJ_-_ANARQUISMO_SOCIAL_E_ORGANIZA%C3%87%C3%83O.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, pp. 88-93, 1999.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições. 2013.

HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. *In*: VIVER no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, cap. 1, p. 23 – 51, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. Revista GEOgraphia, ano IX, n.17, p. 19 – 46, 2007.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022. Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

LEMOS, Cássio Fernandes; OLIVEIRA, Andréia Machado. MAPEAMENTO, PROCESSO, CONEXÕES: A CARTOGRAFIA COMO METODOLOGIA DE PESQUISA. Revista Paralelo 31. Pelotas, ed. 08, p. 40 – 51, julho de 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/13299>>. Acesso em: 30 maio 2022.

MALATESTA, Errico. Anarquismo e Anarquia. Tradução de Felipe Corrêa. Faísca Publicações Libertárias, 2009. Disponível em: <<https://marxists.architexturez.net/portugues/malatesta/ano/mes/91.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2022.

MARTINEZ, César Augusto Ferrari. Espaços distorcidos: feminismos, teorias *queer* e geografias. Caderno Prudentino de Geografia. v. 1, p. 52 – 67, 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5714>>. Acesso em: 30 maio 2022.

MASSEY, Doreen. Pelo Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 89 – 95. 2005.

MAYER, Claudia. *queer no Brasil: resistência e empoderamento na (re/a)apresentação de si*. Ponta-Grossa: Editora Monstro dos Mares, 2019. Disponível em: <<https://bibliotecaanarquista.org/library/claudia-mayer-queer-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2022.

PAULA, Amir El Hakim de. Geografia e anarquismo: a importância do pensamento de Piotr Kropotkin para a ciência. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

RATTS, Alex. Corporeidade e diferença na geografia escolar e na geografia da escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. Revista Terra Livre, n. 46, p. 114 – 141, 2016. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/680>>. Acesso em: 30 maio 2022.

RODÓ-ZÁRATE, Maria. Interseccionalidad: Desigualdades, lugares y emociones. Barcelona: Edicions Bellaterra (Cultura21, SCCL), 2021.

ROGUE, J. Desessencialização do feminismo anarquista: lições do movimento transfeminista. Instituto de Estudos Libertários, 28 de janeiro de 2021. Disponível em: <[https://ielibertarios.wordpress.com/2021/01/29/dessencializacao-do-feminismo-anarquista-licoes-do-movimento-transfeminista-por-j-rogue/#\\_ftn1](https://ielibertarios.wordpress.com/2021/01/29/dessencializacao-do-feminismo-anarquista-licoes-do-movimento-transfeminista-por-j-rogue/#_ftn1)>. Acesso em: 13 out. 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022. Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

ROGUE, J.; VOLCANO, Abbey. Insurreições nas intersecções: feminismo, interseccionalidade e anarquismo. NÃO ME KAHLO, 11 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://naomekahlo.com/insurreicoes-nas-interseccoes-feminismo-interseccionalidade-e-anarquismo/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *In*: Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre, n. 21, p. 07 – 14, 1996.

SHANNON Deric.; ROGUE J. Recusando-se a esperar: anarquismo e interseccionalidade. 2009. Disponível em: <<https://bibliotecaanarquista.org/library/deric-shannon-e-j-rogue-recusando-se-a-esperar.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2021.

SILVA, Joseli Maria. Corpo, corporeidade e espaço na análise geográfica. *In*: HEIDRICH, Álvaro Luiz, COSTA, Benhur Pinós da, e PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (organizadores). Maneiras de ler: geografia e cultura. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013.

VERGUEIRO, Viviane. sou travestis? estudando a cisgenderidade como uma possibilidade decolonial. 1a. ed. Brasília (DF): Padê editorial, 2018.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Laís Bronzi. APONTAMOS PARA GEOGRAFIAS INTERSECCIONAIS: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 8, n.17, pp. 94-115, jul. 2022. Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons